

PERSPECTIVA FILOSÓFICA

A PROPOSTA DE UMA CRÍTICA DA LINGUAGEM NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN

*José Fernando da Silva**

Resumo

Este trabalho clarifica o significado da crítica da linguagem que Wittgenstein desenvolve no *Tractatus*. Tal concepção postula que toda linguagem é margeada internamente por uma lógica que legitima o que podemos dizer e que, ao fazê-lo, ela também mostra aquilo cuja tentativa de expressão linguística resulta necessariamente na formulação de sentenças disparatadas. Essa proposta assinala uma concepção original do cerne dos problemas filosóficos e de sua superação.

Palavras-chave: análise lógica, crítica, filosofia, linguagem, proposição.

Abstract

This work clarifies the meaning of the critic of language that Wittgenstein develops in *Tractatus*. Such conception claims that all language is bordered internally by a logic that legitimizes what we can say and that, in so doing, it also shows that whose attempt of linguistic expression results necessarily in the formularization of nonsense propositions. This proposal points to an original conception of the essence of philosophical problems and its overcoming.

Keywords: logical analysis, critic, philosophy, language, proposition.

* Endereço eletrônico: fernandobandolim@bol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

No *Tractatus*, as reflexões de Wittgenstein sobre a linguagem têm como objetivo principal elucidar a essência da proposição – ponto nevrálgico que permite “especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”¹. Alguns aspectos preliminares se mostram nos contornos dessa meta: ao assumi-la, Wittgenstein se coloca em posição favorável à linguagem e ao papel que ela desempenha em nossas vidas; além disso, ao salientar que sua ênfase recai sobre a proposição e a elucidação que lhe torna possível descrever o mundo, o filósofo vienense já indica que crê que a linguagem possui uma essência e que esta guarda uma relação interna com a essência do mundo. Ao fixar os limites, o campo de atuação que legitima a significação linguística, estabelece-se o âmbito daquilo que se pode falar e, conseqüentemente, mostra-se também aquilo que escapa a essas fronteiras.

Neste trabalho, primeiro será mostrado o que Wittgenstein pretendeu com sua crítica da linguagem, em seguida, se delineará o movimento que ela realiza de fora para dentro da linguagem, cujo objetivo é mapear seus limites internos (lógicos) e, por último, o movimento de dentro para fora, que determina até onde ela pode ir, do ponto de vista lógico, e algumas das conseqüências que emergem desse movimento.

2 OS OBJETIVOS DE UMA CRÍTICA DA LINGUAGEM

Em momento algum do *Tractatus* (1961) ou dos *Tagebücher* (1914-1916) Wittgenstein menciona que suas reflexões sobre a linguagem tenham qualquer relação com os problemas semânticos que perpassavam a Viena em que ele nasceu. No entanto,

¹ WITTGENSTEIN, 1961, 5.4711.

a compreensão dessas reflexões ganha uma força adicional quando são comparadas com as ideias de Kraus sobre a linguagem e com a *Sprachkritik*, desenvolvida por Fritz Mauthner. Em conformidade com o polemista, o filósofo apresenta uma concepção de linguagem cuja finalidade maior é preservar a integridade linguística. No entanto, se é verdade que ele partilha a crença na perfeição da linguagem, e a ideia de seu estado de crise ser produto da incapacidade humana de compreender sua lógica, também é inegável que Wittgenstein engendra uma concepção que vai muito além da que Kraus pretendeu alcançar com suas ácidas denúncias de dilapidação da língua no contexto vienense. Além disso, em seu interior se delineia uma concepção original do cerne dos problemas filosóficos e daquilo de que se constitui a filosofia.

Wittgenstein procura a determinação dos limites da linguagem, assumindo que esta possui fronteiras *absolutas* que tornariam possível mostrar a plena separação entre o dizível e o indizível, ou seja, entre o que dizemos com sentido e os enunciados que são simplesmente disparatados. A demarcação cumpre a função de mostrar que “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e daquilo sobre o que não se pode falar, deve-se calar”². O autor apresenta uma crítica da linguagem que possui um claro contraste em relação à proposta de Fritz Mauthner, assinalando características muito distintas daquelas presentes na obra de seu conterrâneo.

Do ponto de vista do *Tractatus*, a correta crítica da linguagem deve ser aquela capaz de determinar a essência de sua forma lógica. Assim, enquanto Mauthner procura desqualificar qualquer possibilidade de ela construir representações do mundo, Wittgenstein esforça-se em determinar o arcabouço lógico que justamente lhe permite

representar com exatidão tais representações. Isso significa que, ao contrário da ideia de Mauthner, a crítica proposta pelo jovem filósofo não tenciona efetivar uma destruição ou desqualificação da linguagem. Há, obviamente, um componente negativo nessa tarefa: com ela, Wittgenstein procura demonstrar a impossibilidade lógica de certos tipos de enunciados, em especial a inacessibilidade da linguagem ao campo dos valores absolutos. No entanto, tal demonstração está longe do viés destrutivo esboçado por Mauthner.

A crítica elaborada no *Tractatus* resguarda o campo axiológico da possibilidade de formulação de pseudoconstruções linguísticas. Desse modo, as reflexões de Wittgenstein sobre a linguagem tiveram contornos terapêuticos: Wittgenstein assume que a linguagem é perfeita, ou melhor, logicamente perfeita, identificando os desatinos linguísticos formulados como produtos da incompreensão de seu funcionamento, por isso procura enfatizar que quando olhamos o modo como a linguagem funciona, ou seja, quando compreendemos o cerne de sua significação nos detendo naquilo que ela mostra, as questões de ordem não científicas com as quais nos deparamos simplesmente desaparecem. Assim, os diferentes absurdos linguísticos não passam de chagas superficiais que se manifestam em sua superfície e por isso mesmo são marcas que tenderiam a desaparecer com a clarificação de seu fundamento lógico.

Nessa perspectiva, os desmazelos linguísticos praticados em Viena e o subsequente questionamento intelectual sobre a capacidade de a linguagem significar algo são exemplos do que Wittgenstein diagnostica como condutas próprias da filosofia: a tendência do ser humano de se lançar contra os limites da linguagem. Ele procura mostrar que os disparates produzidos com os elementos linguísticos não expressam qualquer imperfeição lógica, mas tão somente nossa própria incapacidade de perceber contornos lógicos nesse universo. Sua obra ressalta que o anseio de ir além

² WITTGENSTEIN, 1961, prefácio.

dos limites da linguagem constitui-se na fonte de toda controvérsia que se passa nos diferentes âmbitos linguísticos e que essa propensão é um atributo quase natural da atividade filosófica.

Apesar de estudar filosofia em Cambridge sob a orientação de Russell, e da profunda admiração que sempre nutriu pela obra de Frege, Wittgenstein nunca admitiu qualquer imperfeição lógica na linguagem ordinária. Concordou com eles que é um fato corriqueiro a elaboração de sentenças que ocultam sua real forma lógica, contudo, jamais assumiu que dessa constatação resulte qualquer imperfeição. Segundo Wittgenstein, “todas as proposições de nossa linguagem ordinária estão de fato (*tatsächlich*), do modo como estão, perfeitamente ordenadas de um ponto de vista lógico”³. Não pode, portanto, haver linguagem ilógica. Já que suas estruturas mais complexas derivam de uma única e mesma lógica, segue-se que “há apenas uma e tão somente uma análise completa das proposições”⁴. As estruturas gramaticais que sustentam a linguagem ordinária em sua superfície são formas aparentes. Se desejarmos encontrar o alicerce único e inquebrantável de toda linguagem possível de ser construída, devemos nos esmerar na prática da rigorosa análise lógica. Ainda que em sua superfície a linguagem ordinária permita a geração de enunciados indevidos em relação à lógica que a fundamenta, ela possui limites logicamente determinados. Ou seja, todo conjunto de ambiguidades e disparates que geramos no âmbito da linguagem cotidiana decorrem de uma inexatidão própria de suas formas aparentes – as diversas

³ WITTGENSTEIN. 1961, 5.5563.

⁴ WITTGENSTEIN. 1961, 3.25.

gramáticas de línguas existentes. A forma lógica oculta que fundamenta as diferentes e variadas edificações lingüísticas tem sua perfeição guardada e inabalável.

A crítica desenvolvida no *Tractatus* é constituída por dois momentos distintos. No primeiro, propõe-se a análise lógica da linguagem com o objetivo de explicitar os requisitos fundamentais de toda construção lingüística. No segundo, estabelecidas suas bases formais, indica os limites de expansão da linguagem, mostrando o vasto campo sobre o qual ela atua de modo plenamente eficaz, e também aponta o domínio sobre o qual nada se pode falar ou pensar. Se o primeiro momento tem cunho positivo, o segundo possui contornos negativos: nele Wittgenstein determina os limites absolutos da linguagem, indicando aquilo que escapa às possibilidades de significação. Esse é o momento em que as consequências da crítica da linguagem vêm à tona, mostrando o caráter ilusório das questões que animaram a crise lingüística instaurada na Viena de 1900.

3 A CRÍTICA DA LINGUAGEM

A crítica da linguagem tractatiana é assinalada por um movimento que se dá de fora para dentro da linguagem. Dessa forma, a primeira etapa da proposta de Wittgenstein é a análise lógica dos enunciados que construímos. A segunda é a expansão da linguagem até seus limites externos. Nesta seção, enfocarei a análise lógica, cuja intenção é alcançar o cerne da linguagem, ou melhor, de toda linguagem que podemos construir, trazendo à tona a forma lógica subjacente a todas as construções analisadas. Na próxima seção, enfocarei a segunda etapa da crítica.

O autor assume, conforme observado anteriormente, que a linguagem ordinária é perfeita e que os embaraços e disparates que nela encontramos são frutos de sua natural complexidade. É esse fator, sua complexidade, que torna opaca a estrutura lógica que lhe empresta perfeição. Para Wittgenstein, quando efetivamos uma

decomposição lógica das proposições da linguagem ordinária, somos conduzidos a um inquebrantável alicerce lógico. Esse procedimento faz com que desapareçam todas as contradições e os disparates que se manifestam em seu aspecto exterior.

Um ponto de partida para se compreender como a análise lógica pode alcançar tais resultados é elucidando um requisito presente na concepção de linguagem delineada no *Tractatus*: existe uma única linguagem, e toda a imensa gama de linguagens ordinárias que estão presentes nos mais diferentes contextos culturais são, na realidade, apenas camadas externas do que é a linguagem. A crítica da linguagem assume, portanto, que todo o complexo conjunto de sentenças produzidas no interior das diversas linguagens com que cotidianamente nos comunicamos é tão somente a expressão externa de uma única linguagem, que se assenta sobre um alicerce (lógico) que nos é oculto. A base dessa linguagem são proposições, “proposições elementares” (*Elementarsätze*), células primitivas que ancoram todo o edifício linguístico. Portanto o pressuposto assumido é o de que toda gama de sentenças e enunciados com que nos comunicamos habitualmente é redutível a proposições e estas, por seu turno, são redutíveis a grupo de proposições com propriedades específicas – as proposições elementares.

Corriqueiramente, chamamos de “sentença” um grupo de palavras conectadas em concordância com as regras da gramática de nossa linguagem cotidiana e com a qual pretendemos comunicar algo. Existem, obviamente, sentenças cuja forma externa se reduz a uma única palavra, contudo, nesses casos, o emprego da análise lógica mostra que essa é apenas sua forma exterior. Uma sentença pode ter a forma de uma interjeição, uma exclamação, uma negação, um comando, uma declaração ou ainda uma

interrogação, e a análise lógica da linguagem tende a mostrar que todas elas subsumem proposições. Se diante de um ipê-roxo exclamo: “Oh! Veja como ele está florido!”, enuncio uma proposição complexa (formada por proposições mais simples) do gênero “Isso é um ipê-roxo, ele está repleto de flores e esse fato causa uma sensação de alegria”. A enunciação de uma sentença interrogativa – “Que árvore é esta?” – é também perfeitamente redutível a uma proposição complexa similar a “eu não sei o nome desta árvore”. Também uma sentença que enuncia um comando, por exemplo, “traga-me um ipê-roxo”, assenta-se sobre um conjunto proposicional. Isso significa que as mais diversas manifestações linguísticas com que se lida ordinariamente encerram proposições, ou seja, mostram-se redutíveis a sentenças declarativas que asseveram ou procuram afirmar um conteúdo factual. Nesse sentido, Margutti Pinto (1998, p. 146) explica:

Assim, o que possibilita os diferentes usos do conteúdo descritivo numa pergunta (‘a porta está aberta?’), num comando (‘abra a porta’), ou numa exclamação (‘a porta está aberta!’) é o fato de ele poder ser expresso pela sentença declarativa (‘a porta está aberta’). Em outras palavras, para que possamos, com sentido, fazer uma pergunta, dar uma ordem ou expressar uma emoção sobre dado fato do mundo é preciso que antes sejamos capazes de descrever esse fato com sentido.⁵

Em suma, para Wittgenstein todos os enunciados de nossa linguagem coloquial são redutíveis a proposições, que sempre se revelam extremamente complexas, ou seja, a análise lógica dos diferentes enunciados de nossa linguagem revela que eles ocultam uma série quase infindável de proposições. Se analisada logicamente, uma simples proposição como “João é hábil no uso do serrote” mostra-se composta por inúmeras proposições, a saber: todo o complexo conjunto de enunciados

⁵ PINTO. 1998, p. 146.

que definem um ser humano, o complexo conjunto de enunciados que esclarecem o significado do ser humano em particular a que estamos chamando de “João”, além da enorme lista de sentenças capazes de elucidar o significado da expressão “ser hábil no manejo do serrote”.

Segundo o autor do *Tractatus*, sempre que trilhamos o caminho de decomposição dos enunciados linguísticos, somos invariavelmente colocados diante de proposições compostas por outras. A trilha da análise lógica somente cessa quando encontramos proposições elementares – que em sua essência não são constituídas por outras. No aforismo 3.202 do *Tractatus*, o filósofo explica que proposições elementares são ligações de signos simples, os nomes, as quais, do ponto de vista linguístico⁶, desempenham o papel de alicerce da linguagem de dois modos: como base determinante de todo sentido linguístico e como ponto de origem de todas as possibilidades semânticas que constituem as diversas linguagens com que nos deparamos.

No que se refere ao primeiro modo, Wittgenstein explica que toda proposição deve possuir um sentido, ou seja, deve expressar um conteúdo que não dependa de seu valor de verdade. Isso significa que devemos compreender o que ela pretende dizer sem que nos importemos com o fato de representar algo que efetivamente se dá no mundo ou não. Quando digo “Sócrates é mortal”, o entendimento da sentença deve se dar independentemente do fato de Sócrates existir ou não. Quando afirmo “Joaquim é uma

⁶ Conforme será mostrado mais adiante, há também um alicerce ontológico sem o qual não podemos conceber a existência da linguagem.

figura naturalmente loquaz”, devo também compreendê-la sem que, necessariamente, já tenha alguma vez conversado com ele.

Existem proposições cujo significado confirma seu sentido – como no caso das sentenças acima mencionadas –, no entanto parte das proposições com que cotidianamente lidamos, revelam-se ambíguas ou obscuras quanto ao que pretendem dizer, despertando o questionamento a respeito do fundamento do sentido linguístico. Ora, dizer que uma proposição possui um sentido é afirmá-la como possuindo determinado vínculo com a realidade: “o sentido da proposição é seu acordo e desacordo com a possibilidade de subsistência e não-subsistência dos estados de coisas”⁷. Quando reconheço “João mora no bairro da Lapa” como uma proposição legítima, independentemente de saber quem é João e onde efetivamente ele reside, estou aceitando que esta proposição é um fato que expressa uma situação possível. Segundo Wittgenstein, a eliminação de toda ambiguidade e a explicitação do exato sentido de uma ou mais proposições apenas se efetivam com sua completa análise lógica. Isso se faz necessário porque no âmbito cotidiano lidamos com proposições de ordem complexa, e apenas a análise lógica é capaz de exibir o sentido de uma proposição, ou seja, garantir que ela esteja conectada com estados de coisas, subsistam esses ou não. Em outros termos, o sentido linguístico de uma proposição é indissociável das proposições que a análise lógica revela estarem assentadas em seu interior.

É por isso que um requisito lógico adotado por Wittgenstein é a existência de proposições logicamente independentes. A análise lógica mostra que proposições complexas têm seu sentido derivado de outras proposições mais simples que estão em seu interior. Consequentemente, há proposições cujo sentido não depende de outras proposições, como é o caso das proposições elementares⁸. Esse é um requisito lógico do sistema sem o qual a análise lógica prosseguiria *ad infinitum*, e em relação a

⁷ WITTGENSTEIN. 1961, 4.2.

nenhuma proposição poderíamos determinar um sentido. É nas proposições elementares que reside o rochedo linguístico que a análise lógica destaca como o fundamento último de todo sentido. Apenas elas *não* são compostas de outras proposições: em seu *interior* encontramos tão somente concatenações de nomes – “os signos simples (*einfachen Zeichen*) utilizados nas proposições chamam-se nomes”⁹.

Na proposição elementar, o nome substitui o objeto e, ao contrário das proposições das quais é elemento constitutivo, não é logicamente analisável. Os nomes que são logicamente analisáveis, como aqueles com que ordinariamente nos comunicamos, não são considerados como tais, em sentido estrito, como o *Tractatus* assume. Um exemplo clássico dessa afirmação é o nome “Sócrates”, que denota uma quase infindável série de proposições complexas: “nasceu em Atenas”, “foi professor de Platão”, “morreu envenenado em 399 a.C.” etc. Do ponto de vista do *Tractatus*, nomes apenas possuem significado e isso apenas ocorre *dentro* do contexto de uma proposição, já que não possuem subsistência autônoma. Nomes possuem significado, e proposições apenas podem ter sentido. Isso significa que apenas elas podem ser verdadeiras ou falsas quanto a seu significado, sem que isso altere seu sentido. Do ponto de vista técnico do *Tractatus*, nomes não possuem sentido. Nomes não são bipolares, mas possuem um significado que identificamos com o objeto a que cada um corresponde. Reside na esfera dos nomes a parte da linguagem que “toca” a realidade, e como os nomes denotam, no âmbito linguístico, os objetos com que estão conectados, esses são capazes de reproduzir suas propriedades lógicas no interior da proposição.

⁸ WITTGENSTEIN. 1961, 5.134.

⁹ WITTGENSTEIN. 1961, 3.202.

Por serem constituídas por signos simples diretamente conectados à realidade, as proposições elementares formam o arcabouço linguístico que sustenta todo o sentido da linguagem.

Os objetos com os quais os nomes estão necessariamente conectados fundamentam toda a ontologia esboçada no *Tractatus* e desempenham o papel de alicerce da significação linguística. Tal afirmação torna a crítica da linguagem também uma crítica da realidade. A busca do fundamento transcendental da linguagem conduziu Wittgenstein a também determinar o fundamento transcendental do mundo, ou seja, sua substância. Nesse sentido, não é fortuito o fato de o *Tractatus* iniciar-se com a apresentação de um modelo ontológico, no qual reside o fundamento último da linguagem.

Tornou-se lugar comum chamar a concepção ontológica de “doutrina do atomismo lógico”, que, formalmente traçada, afirma que o mundo é constituído pelo contingente, pelo conjunto daquilo que ocorre, ou seja, pela totalidade do que é o caso – fatos. Nesse universo, encontramos fatos complexos, ou seja, aqueles cuja análise nos revela que são conjuntos de outros fatos. Prosseguindo na análise lógica de um fato complexo, encontramos os estados de coisas (*Sachverhalten*) – fatos que são ligações de elementos logicamente não analisáveis. Um estado de coisas é uma conexão de objetos que, de um ponto de vista lógico, são independentes entre si. São essas duas noções, estados de coisas e objetos, suficientes para que compreendamos o arcabouço da ontologia do *Tractatus*. Senão, vejamos: no aforismo 2.04 do *Tractatus*, Wittgenstein afirma que “a totalidade dos estados de coisas subsistentes é o mundo”, com isso sugerindo que não resulta qualquer prejuízo da consideração de uma similaridade entre a noção de mundo como totalidade dos fatos e a ideia do mundo como totalidade dos estados de coisas subsistentes; e, dado que todo e qualquer estado de coisas configura-se como uma ligação de objetos, não é despropositado que se fixe a busca do cerne do atomismo lógico tractatiano sobre estes, pois eles são a forma e o

conteúdo do mundo. É sua propriedade interna ou forma que determina toda estrutura logicamente possível.

Os objetos formam o ponto arquimediano, que é guardião de toda a necessidade lógica do sistema. Eles são *o* simples, *o* logicamente *não* analisável e, sendo assim, nada podemos falar a seu respeito; a única coisa que podemos fazer do ponto de vista linguístico é tão somente nomeá-los, não sendo possível descrevê-los. Não podemos afirmar dos objetos quais seriam e quais não seriam suas propriedades constitutivas. Não podemos sequer afirmar ou negar sua existência, dado que ela é inefável. Já a existência do nomeado é *pressuposta* no ato de nomeação. Então, quando afirmamos a proposição “A existe”, não podemos considerar “A” como o nome de um objeto, visto que, se o fizermos, estaremos afirmando uma proposição disparatada. Considerando-se *A* como um objeto, sua nomeação com a etiqueta “A” já *pressupõe* sua existência. “Assim não se pode dizer, por exemplo, ‘há objetos’, da maneira como alguém diz ‘há livros’. Tampouco ‘há 100 objetos’ ou ‘há \aleph zero objetos’”¹⁰. Sua existência é transcendental (no sentido kantiano) em relação ao campo do que subsiste, ou seja, daquilo que é contingente – os fatos. Desse modo, as possíveis configurações factuais são *a priori* antevistas em sua forma. Eles são o que subsiste (*bestehe*) independentemente do que ocorre, ou seja, daquilo que é o caso, e tal propriedade torna o conjunto dos objetos a substância do mundo. Afirmer que eles formam a substância do mundo significa dizer que eles constituem a forma fixa, inalterável do mundo, não se sujeitando às voláteis configurações que o constituem.

¹⁰ WITTGENSTEIN. 1961, 4.1272.

A relação dos objetos com os estados de coisas constrói-se com base em duas propriedades essenciais: a primeira delinea-se na postulação de os objetos não terem subsistência aleatória, ou seja, é uma *propriedade lógica* deles a ideia de que apenas podemos pensá-los articulados dentro de estados de coisas. Wittgenstein coloca-se, portanto, em posição antagônica a Bertand Russell. De acordo com a caracterização russelliana da doutrina do atomismo lógico, essa pressupunha a possibilidade de encontrarmos o logicamente simples como algo subsistente de forma aleatória ao lado de fatos: “todo particular que existe no mundo não depende logicamente de modo algum de qualquer outro particular”¹¹. Tal possibilidade aparece rejeitada já nas duas primeiras sentenças do *Tractatus*: “O mundo é tudo o que é o caso”¹² e “O mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas”¹³. Essa ideia reproduz-se na concepção linguística do livro quando se delinea o postulado de que a linguagem edifica-se em proposições, ou melhor, de proposições elementares, conforme nos é revelado pela análise lógica da linguagem.

A segunda propriedade essencial dos objetos considera que faz parte de sua natureza a determinação *a priori* de todas as conexões em que ele pode interagir com outros objetos. O aforismo 2.0123 (*Tractatus*) afirma: “Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecer em estados de coisas (*seines Vorkommens in Sachverhalten*). (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto)”. Tal característica da natureza de um objeto é denominada por Wittgenstein como sua propriedade interna¹⁴, ou ainda como sua forma¹⁵. Para ele, “uma propriedade interna é um traço ou aspecto (*einen Zug*)”¹⁶ que é “impensável que o objeto não o possua”¹⁷. Se

¹¹ RUSSELL. 1974, p. 73.

¹² WITTGENSTEIN. 1961, 1.

¹³ WITTGENSTEIN. 1961, 1.1.

¹⁴ WITTGENSTEIN. 1961, 2.01231.

¹⁵ WITTGENSTEIN. 1961, 2.0141.

¹⁶ WITTGENSTEIN. 1961, 4.1221.

¹⁷ WITTGENSTEIN. 1961, 4.123.

os objetos aparecem necessariamente coligados em estados de coisas, em configurações que se caracterizam como mutáveis (*Wechselnde*) e instáveis (*Unbeständige*)¹⁸, esse aparecer é determinado *a priori* em sua própria essência, ou seja, no conjunto de suas propriedades internas, também caracterizada como sua forma. Isso significa que, *do ponto de vista lógico*, o que subsiste não são estados de coisas, mas objetos. Estados de coisas perfazem sempre o campo do contingente, das configurações antevistas *na* forma dos objetos. O fato, ou seja, aquilo que subsiste, é sempre casual. Já o aparecer dos objetos nos estados de coisas não o é: “os objetos se comportam de um modo e maneira determinados”¹⁹.

Uma alegoria que ilustra de modo eficaz as relações entre os termos “mundo”, “objeto” e “fato” é a seguinte: podemos pensar o mundo como um jogo de xadrez no qual os objetos do *Tractatus* seriam as peças, enquanto os movimentos efetivos delas seriam os fatos constitutivos do mundo. O jogo efetivo (o mundo) é o conjunto de movimentos que seus jogadores optam por realizar (os fatos que ocorrem). As inúmeras combinações de lances que *não* foram realizadas aludem às diferentes combinações das peças no tabuleiro. Os movimentos não efetivados remetem-nos a todo um conjunto de possíveis partidas ainda não realizadas, do mesmo modo que as possíveis concatenações de objetos anteveem estados de coisas cuja configuração pode vir a efetivar-se. Em ambos os casos, a possibilidade lógica independe de uma subsistência efetiva.

No que se refere ao segundo modo de as proposições elementares fundamentarem a linguagem – a saber, por meio de sua estreita relação com as

¹⁸ WITTGENSTEIN. 1961, 2.0271.

¹⁹ WITTGENSTEIN. 1961, 2.031.

propriedades semânticas da linguagem, como são as únicas proposições que “tocam” diretamente a realidade (graças à relação nome-objeto) –, apenas elas encerram em si mesmas a possibilidade de sua verdade ou falsidade. O valor de verdade de uma proposição elementar não depende de nenhuma outra proposição do sistema, mas apenas do fato de sabermos se o estado de coisas – configuração de objetos – com o qual ela está conectada é ou não o caso. Isso significa que todas as demais proposições têm seu valor de verdade derivado das que são elementares: qualquer configuração proposicional complexa é verdadeira ou falsa, desde que ela possua em seu alicerce proposições elementares. Por isso “a proposição é uma função de verdade das proposições elementares”²⁰.

A análise lógica da linguagem mostra-nos que toda a imensa gama de recursos e elementos que formam as diferentes manifestações linguísticas assenta-se sobre uma linguagem, ou melhor, *a* linguagem. Esta é formada basicamente por proposições elementares, unidades cuja legitimação reside em sua estreita relação com o domínio dos estados de coisas. Assim, tanto a possibilidade do sentido linguístico quanto o mecanismo que determina o valor de verdade daquilo que asseveramos, sedimentam-se sobre o fato de *a* linguagem estar diretamente conectada ao mundo, e é essa conexão que permite que ela reproduza de modo exato sua organização lógica. A lógica, nesse sentido, delimita as fronteiras tanto do domínio da linguagem quanto do domínio da realidade. Isso nos mostra que é também um requisito fundamental de toda significação linguística a existência de uma relação de isomorfismo entre o mundo e a linguagem, e é o pressuposto dessa relação que torna possível que sentido e significado residam nas proposições elementares.

Em outras palavras, as proposições elementares ancoram toda a complexa rede de enunciados e construções linguísticas que edificamos porque mantêm uma relação

²⁰ WITTGENSTEIN. 1961, 5.

de isomorfia com as estruturas mínimas do mundo. De acordo com Wittgenstein, encontramos nas estruturas lógicas da doutrina do atomismo lógico e da linguagem proposicional uma mesma forma. O isomorfismo, em seu sentido literal, remete a uma correspondência biunívoca entre os elementos de dois conjuntos, preservando as características e operações relativas a cada um deles. A definição postula *uma mesma forma* a permear e determinar a organização interna dos elementos de ambos os conjuntos relacionados. A relação consubstancia-se sobre as seguintes condições: *a.* uma relação entre dois conjuntos compostos de elementos; *b.* os elementos no interior de cada conjunto obedecem a um arranjo determinado; *c.* os conjuntos são considerados isomórficos porque o arranjo dos elementos de um conjunto reproduz com exatidão a organização interna dos elementos do outro conjunto.

A linguagem delineada no *Tractatus* mantém uma relação com o mundo que satisfaz perfeitamente estas três condições. Como as proposições elementares são as únicas que garantem todo sentido linguístico, é a elas que cabe o preenchimento destas três condições. A primeira condição é satisfeita logo na primeira sentença do *Tractatus* sobre figuras lógicas: “Fazemo-nos figuras dos fatos”²¹, que afirma que relacionamos o domínio dos fatos com o domínio das figuras lógicas. Wittgenstein chama de “figura” (*Bild*) um fato capaz de representar no espaço lógico a existência ou inexistência de estados de coisas e caracteriza a proposição como uma figura da realidade. A segunda condição é preenchida quando o filósofo assume que uma figura consiste no fato de “seus elementos estarem ligados uns aos outros de um modo e maneira

²¹ WITTGENSTEIN. 1961, 2.1.

determinados”²². Ele impõe como condição necessária a toda figura que seus elementos obedecem a uma ordem determinada. Do mesmo modo, afirma que, nos estados de coisas, os objetos estão conectados de um modo logicamente determinado²³. Por fim, o terceiro requisito também é satisfeito: nas proposições elementares os nomes estão arranjados de forma que obedecem à mesma estruturação que os objetos mantêm no interior do estado de coisas, pois “à configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação (*Sachlage*)”²⁴.

Até este ponto procuramos indicar como a crítica da linguagem que Wittgenstein desenvolve mostra que a linguagem é logicamente formada (do contrário sequer seria uma linguagem). Ela assenta-se, do ponto de vista linguístico, sobre proposições elementares e, numa perspectiva mais profunda, sobre o requisito lógico da existência de um mundo cuja substância (o conjunto de seus objetos) empresta suas propriedades internas aos elementos simples da linguagem. Em última análise, do ponto de vista tractatiano, esse requisito, fornecido pela ontologia, legitima a possibilidade de toda a significação linguística.

Vejam agora a segunda parte da crítica da linguagem, ou seja, a expansão da linguagem até seus limites externos, movimento responsável pela determinação daquilo sobre o que pode a linguagem logicamente falar, momento em que nos é mostrado o que necessariamente escapa a seu domínio.

4 O BALIZAMENTO DO DIZÍVEL E DO INDIZÍVEL

Um dos aspectos fundamentais da concepção de linguagem apresentada no *Tractatus* é que as proposições constituem-se em seu ingrediente básico. A segunda

²² WITTGENSTEIN. 1961, 2.14.

²³ WITTGENSTEIN. 1961, 2.0121.

²⁴ WITTGENSTEIN. 1961, 3.21.

parte da crítica da linguagem wittgensteiniana esmera-se em depurar o alcance da significação proposicional. Tal processo depurativo consubstancia-se com uma análise lógica da linguagem que assume que toda a gama das mais variadas formas de enunciados utilizados em nossa linguagem corriqueira – afirmações, sentenças exclamativas, interjeições, sentenças interrogativas etc. – é passível de redução à forma proposicional, ou seja, que todas as diferentes modalidades de expressões linguísticas, quando analisadas, mostram-se sedimentadas sobre proposições. Tal ideia enseja a primeira consequência que a constituição lógica da linguagem revela-nos a respeito de seus limites externos: ela assegura que todas as formas de expressões logicamente redutíveis à forma proposicional constituem-se em legítimas manifestações linguísticas. Isso determina que qualquer proposta de mapeamento daquilo que faz parte dos limites da linguagem exclui tudo aquilo que escape ao domínio dos fatos. Em outras palavras: toda a construção linguística que, graças à aplicação do método da análise lógica, se revela como não redutível à forma proposicional não pertence aos limites da linguagem. Dito de outro modo: se ao final do procedimento analítico o objeto sobre o qual incide a análise lógica da linguagem não se mostra ancorado sobre o domínio dos fatos efetivos ou logicamente possíveis, então ele não pertence ao âmbito linguístico.

Essa delimitação reafirma o quanto a linguagem é ampla, de um ponto de vista lógico. Expressões estranhas às situações cotidianas, mas não ao campo ficcional – por exemplo, aquelas que nos descrevem cavalos com um chifre na testa, homens com apenas um olho, seres cuja constituição física faz-se como metade humana e metade animal (cavalo, touro etc.), entre outras –, pertencem naturalmente à linguagem. Tais figuras, conquanto evoquem seres que não existam em nossa realidade, falam-nos a

respeito de configurações factuais que são, do ponto de vista lógico, perfeitamente possível. Assim, ainda que chifres sejam comuns em diversos mamíferos, mas não em cavalos, não é descabido imaginar-se um mundo em que animais similares a unicórnios possam existir. Além disso, também não é descabida a suposição de tal situação ser consequência de a uma mutação genética (produto de uma seleção natural), ou de qualquer experiência de cunho laboratorial. Do mesmo modo, é logicamente possível pensar um mundo em que homens sejam dotados de um olho e que a posse de dois olhos seja entendida como uma aberração. E, conquanto não haja qualquer evidência, não é logicamente impossível que num passado distante possam ter existido sobre a Terra animais idênticos a centauros, ciclopes ou ao minotauro da mitologia grega. A lógica da linguagem não nos impede de formular sentenças sobre unicórnios, ciclopes e centauros, ainda que em nosso mundo tais enunciados sejam sempre classificados – do ponto de vista de seu valor de verdade – como falsos.

O movimento de dentro para fora da crítica da linguagem visa denunciar aquelas expressões linguísticas que, embora aparentemente pertençam ao domínio da linguagem, efetivamente não pertencem a seus limites lógicos. Estamos nos referindo às chamadas proposições meramente aparentes (*Scheinsätze*), grupo que se divide em *Sinnlossätze* e *Unsinnigsätze* – respectivamente, “proposições sem sentido” e “proposições absurdas”. Diferentemente das proposições que possuem legitimidade – aquelas que subsumem modelos lógicos de fatos atômicos –, a análise lógica mostra-nos que esses dois grupos não possuem qualquer fundamento factual. Como não possuem “antenas” que as conectem a alguma configuração elementar formada pelos elementos que constituem a substância do mundo, não podemos afirmá-las como pertencentes ao campo da linguagem.

Começamos apresentando o grupo das proposições sem sentido, formado basicamente por tautologias e contradições, portanto pelas proposições da lógica. Pertencem também a esse núcleo as proposições da matemática e as leis mais gerais das

ciências naturais. As tautologias e as contradições fixam os limites interno e externo da linguagem, sendo que as tautologias são proposições cujo valor de verdade é *o* verdadeiro em qualquer situação, enquanto as contradições são proposições que não podem ser inferidas com base em nenhuma proposição verdadeira. Tautologias como “está chovendo ou não está chovendo” são válidas em qualquer mundo possível e por isso nada representam. No caso do exemplo utilizado, nada nos informa a respeito do clima. Do mesmo modo, contradições como “está chovendo e não está chovendo aqui neste momento” não é verdadeira em nenhum mundo possível, nada tendo também a assertar-nos. Em outros termos, com as tautologias afirmamos tudo; com as contradições nada dizemos. Para Silvia Faustino, “nenhuma delas *diz* nada sobre a realidade, nenhuma delas descreve um estado de coisas possível: a verdade da tautologia, tal como a falsidade da contradição, pode ser reconhecida independentemente do que acontece na realidade”²⁵. Ainda assim, mesmo que nada representem, não podemos caracterizá-las como proposições disparatadas, ou seja, como contrassensos: elas “pertencem ao simbolismo de modo análogo à maneira, na verdade, como o ‘0’ pertence ao simbolismo da aritmética”²⁶.

No interior de todas as tautologias possíveis, encontramos o conjunto de proposições da lógica que demarca os limites interno e externo da linguagem. Tautologias assinalam em que situações as palavras *nada* dizem, mostrando, desse modo, em quais contextos elas podem efetivamente dizer algo com sentido. Elas são *sinnlos* (sem sentido) por nada representarem, porém elas mostram as propriedades

²⁵ FAUSTINO. 2006, p. 31.

²⁶ WITTGENSTEIN. 1961, 4.4611.

formais da linguagem e do mundo: “as proposições da lógica descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na”²⁷. Por isso, a lógica é transcendental: não elabora teoria alguma sobre o mundo, pois não lida com o domínio dos fatos (ela é anterior ao *como*, mas não ao *quê* do mundo)²⁸. A lógica independe de toda experiência factual, de toda e qualquer configuração atual de estados de coisas, no entanto ela não independe da existência do mundo: o *quê* do mundo alude ao espanto místico de sua existência, e esse existir é a condição que instaura a lógica. Dado o mundo, a lógica constrói uma imagem especular sobre ele, mostrando como é possível falar-se a seu respeito, ou seja, demarcando *a priori* todo o campo de possibilidades que orienta e demarca a linguagem.

Também as proposições da matemática e as proposições que expressam os axiomas das ciências naturais são proposições sem sentido. Influenciado pelas obras de Frege e Russell, o filósofo vienense encampa a concepção logicista que postula a matemática como sendo uma parte da lógica. Em sua visão, ela seria um método lógico, carecendo suas proposições de sentido por serem equações²⁹. Como um método da lógica, as equações matemáticas desempenham papel similar ao desempenhado pelas tautologias, ou seja, contribuem para a exibição da lógica do mundo³⁰. Também os princípios das ciências naturais são *sinnlos*, pois, similarmente às tautologias, nada expressam sobre o mundo; são princípios gerais que emprestam sua forma às diferentes leis científicas. Exemplo desse tipo de axioma é a lei da causalidade: ela “não é uma lei, apenas a forma de uma lei”³¹. Podemos constatar o que Wittgenstein tem em mente com tal afirmação se nos fundamentarmos nas inúmeras leis e nos enunciados científicos que tomam a causalidade como o pressuposto necessário à apreensão de determinada

²⁷ WITTGENSTEIN. 1961, 6.124.

²⁸ WITTGENSTEIN. 1961, 5.552.

²⁹ WITTGENSTEIN. 1961, 6.2.

³⁰ WITTGENSTEIN. 1961, 6.22.

³¹ WITTGENSTEIN. 1961, 6.31.

regularidade factual. Os princípios que norteiam as proposições científicas são indizíveis: requisitos necessários à construção do edifício científico, eles não são nem constitutivos de enunciados científicos nem passíveis de qualquer descrição.

Vejamos agora as *Unsinnigsätze* – as “proposições absurdas”, que são também proposições sem sentido, pois delas não se pode nunca dizer que representem fatos constitutivos da realidade. Porém, diferentemente das *Sinnlossätze*, caracterizam-se como contrassensos ou disparates, uma vez que com elas pretendemos invariavelmente dizer o que não pode ser dito, ou seja, tencionamos expressar o que não comporta qualquer modalidade de representação. As proposições disparatadas agrupam em seu interior as proposições da filosofia e as proposições valorativas – feixe de expressões que contém juízos estéticos, éticos ou ainda sentenças com as quais se pretende *assertar* algo sobre a experiência religiosa num sentido absoluto.

As *Unisinnigsätze* que funcionam como expressões valorativas – os juízos a respeito da estética, da ética e do caráter metafísico do mundo – são absurdas, visto que nelas se manifesta a pretensão de falar sobre aquilo que escapa aos limites do mundo: o valor absoluto da arte, o valor absoluto da ética, o sentido maior da religião e do mundo. Importante reiterar que com nossa linguagem cotidiana falamos a respeito de tudo, valorando todos os fatos que se colocam em nosso caminho. Tal atribuição de valor, contudo, é sempre relativa, porque essa valoração sempre remete a algo factual. Todo valor atribuído assenta-se sobre uma série de fatos que se expressam em nossa linguagem sob a forma de adjetivos valorativos, e todas as proposições que atribuem valores relativos a fatos são, portanto, perfeitamente legítimas.

As variadas sentenças de caráter valorativo utilizadas nas mais diversas situações são, como tudo aquilo que a linguagem produz, redutíveis a proposições, destarte sempre aludem a fatos. Quando se efetua a análise lógica de enunciados dessa natureza, constata-se sua redutibilidade a proposições que expressam um conteúdo totalmente factual. Segundo Wittgenstein, a análise lógica revela que estamos diante de um valor relativo e que, enquanto tal, “é um mero enunciado de fatos e, portanto, pode ser expresso de tal forma que perca toda a aparência de juízo de valor”³². Vejamos a seguir alguns exemplos.

Em proposições do gênero “Este cão tem um bom faro” ou “João é um bom tenista”, o termo “bom” enuncia qualidades factuais perfeitamente mensuráveis. No primeiro exemplo, a aplicação do termo é determinada pela quantidade de odores que o animal é capaz de discriminar, além da determinação da distância em que ele se mostra apto a reconhecer um odor. No segundo exemplo, o termo é determinado pelos critérios com que reconhecemos a mestria de um indivíduo na prática do jogo de tênis. Do mesmo modo, a proposição “Maria tem o coração repleto de virtudes” sintetiza uma série de proposições passíveis de explicitação com base no emprego da análise lógica. A expressão “coração repleto de virtudes” pode perfeitamente equivaler à atribuição da seguinte soma de predicados: “Maria é generosa”, “Maria não é arrogante”, “Maria é amável”, “Maria é atenciosa”, “Maria é prudente” etc. Obviamente, também cada um desses adjetivos é passível de uma redução factual. Assim, “Maria é generosa” é perfeitamente substituível pela soma das proposições “Maria divide seus alimentos com outras pessoas”, “Maria sempre doa parte de sua renda mensal a pessoas mais humildes”, “Maria ajuda velhinhos indefesos a atravessar grandes avenidas” etc.

Vejamos agora um exemplo de um juízo de valor estético. Quando se exclama ao final da audição de uma sonata de Beethoven “Isto é belo!”, também estamos

³² WITTGENSTEIN. 1993, p. 39.

dizendo uma proposição complexa. Nesse caso, enunciamos algo similar a “Beethoven dominava a técnica da composição de sonatas para piano e a descoberta desse fato provoca uma agradável sensação em mim”. Aqui, o significado das expressões “dominar a técnica da composição de sonatas para piano” e “provocar uma agradável sensação em mim” são proposições perfeitamente analisáveis e demonstráveis no âmbito dos fatos, ainda que se revelem extremamente complexas ao final desse procedimento. Consta-se, nos exemplos acima, que os valores que encontramos, atribuídos nas diversas proposições do senso comum, são perfeitamente redutíveis a fatos ou a ações mensuráveis de um ponto de vista factual.

Uma consequência que emerge da crítica da linguagem desenvolvida por Wittgenstein é o caráter absurdo de certos enunciados com os quais se pretende *expressar* a existência de valores não redutíveis a fatos, a saber, os chamados “valores absolutos”. É comum ao filósofo a formulação de questões do seguinte gênero: Deus existe? O que é o Belo? O que é o Bem? O que é a Justiça? No aforismo 4.003, Wittgenstein observa que questões similares a essas não expressam questões genuínas, pois aquilo que questionam não remete a fatos da realidade:

A maioria das proposições e questões que foram formuladas sobre assuntos filosóficos (*über philosophische Dinge*) não são falsas, porém absurdas (*sondern unsinnig*). Por isso não podemos, em absoluto, responder a interrogações deste gênero, mas tão somente estabelecer sua insensatez (*ihre Unsinnigkeit*). A maioria das questões e proposições dos filósofos advém de não entendermos a lógica de nossa linguagem.³³

³³ WITTGENSTEIN. 1961, 4.003.

Há nas proposições da filosofia uma esterilidade que conduz Wittgenstein a caracterizá-las como formulações absurdas. Com elas, os filósofos procuram falar sobre “o Bem”, “a Justiça”, “o Belo”, porém nenhum desses alvos alude ao mundo ou são fatos que o constituem. Da constatação de a filosofia não se ocupar com “objetos” que possuam referência factual decorre que ela não pode dizer o que quer que seja sobre o mundo e seus constituintes, ou mesmo sobre como as diversas situações da realidade estão arranjadas. É um erro imaginar que ela expresse qualquer doutrina ou teoria capaz de explicar algo a respeito da realidade, por isso não ser função da filosofia produzir proposições filosóficas. Importante observar que do fato de ela não produzir qualquer conhecimento legítimo não se segue que deva ser classificada como algo inútil: cabe à filosofia a tarefa de esclarecer sobre os limites efetivos das proposições da linguagem. Como os limites da linguagem e do pensamento coincidem, pode-se afirmar que ela é capaz de delimitar e esclarecer o âmbito do pensamento, ou seja, “delimitar o pensável e com isso o impensável”³⁴, da determinação das dimensões do espaço lógico que é realizado com a aplicação da crítica da linguagem.

Esse raciocínio indica-nos que a filosofia é uma atividade cujo cerne é a realização da crítica da linguagem. Nesse sentido, “toda filosofia é crítica da linguagem. (Em todo caso, não no sentido de Mauthner). O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente das proposições não pode ser sua forma real (*daß die scheinbare logische Form des Satzes nicht seine wirkliche sein muß*)”³⁵. Quando examinamos as diferentes linguagens com que nos expressamos cotidianamente, deparamo-nos com uma complexa rede de enunciados, cujo conteúdo significativo se expressa, em não rara situação, sem que saibamos com exatidão o significado e a pertinência daquilo sobre o

³⁴ WITTGENSTEIN. 1961, 4.114.

³⁵ WITTGENSTEIN. 1961, 40031.

que falamos. A linguagem cotidiana utilizada esconde por completo a forma (lógica) do pensamento e, além disso, também permite, sistematicamente, a geração de enunciados ambíguos, vagos, contraditórios em seu nível mais externo. Essas seriam duas propriedades intrínsecas à linguagem ordinária: a opacidade em relação à forma lógica e a natural tendência de gerar enunciados ambíguos. Elas quase que invariavelmente resultariam na infundada formulação dos problemas da filosofia. O caráter ambíguo da linguagem ordinária propicia a geração de enunciados sobre objetos que não pertencem ao universo de atuação lógica da linguagem, e dado que esse campo de atuação se encontra oculto, tais enunciados desencadeiam um conjunto de questionamentos e reflexões que incidem sobre o vazio e constituem aquilo que nos anos 1930 Wittgenstein passa a chamar de “rodas soltas da linguagem”. Vejamos um exemplo.

Cotidianamente, usa-se o termo “belo” sem que se incorra em qualquer contravenção lógica. No entanto, quando se questiona sobre a existência de um significado absoluto para o termo, busca-se algo que estaria além de todos os cotidianos e relativos empregos da noção. Em tais ocasiões, é-se lançado numa espécie de limbo, terreno em que a linguagem apenas aparenta pertinência, mas na qual é completamente estéril. Assim, sempre que se tenta falar sobre algo que escapa aos limites lógicos do mundo (determinado pelas configurações dos objetos), usam-se proposições disparatadas, absurdas, ou seja, sentenças que nada dizem e apenas aparentemente pertencem ao âmbito da linguagem.

No *Tractatus*, Wittgenstein já antecipa a concepção da filosofia como atividade terapêutica, que desenvolve nas *Philosophische Untersuchungen*. Nesse sentido, vale a pena abrir um parêntese para comparar a concepção de filosofia do autor nessas duas

obras. Em ambos os momentos, o autor concebe-a como uma atividade terapêutica sem se preocupar em propor respostas, formular explicações ou solucionar questões por intermédio do esboço e apresentação de uma dada teoria. Trata-se, em ambos os livros, não de formular uma doutrina (*Lehre*), mas de efetivar uma atividade (*Tätigkeit*) capaz de esclarecer as sentenças de nossa linguagem³⁶, ou seja, busca-se com a filosofia compreender o que determina a significação da linguagem e com isso desaparecer completamente com os problemas filosóficos, rompendo em definitivo com a própria necessidade de filosofarmos³⁷. Seu exercício da filosofia sempre o conduziu a ver distorções em nosso entendimento da realidade, e tudo que julgava ser sua obrigação era encontrar um caminho que tornasse possível a restauração de uma sã apreensão do mundo. Em outras palavras, ele nunca pretendeu resolver ou solucionar questões, mas apenas restaurar ou sanar uma situação não harmoniosa, tornar possível uma visão mais clara a respeito do que é o mundo e a vida.

Para Wittgenstein, a correta compreensão da vida ocorreria com o esclarecimento da lógica da linguagem com que nos comunicamos, e nesse ponto emergem as diferenças entre o trabalho do jovem Wittgenstein e seu trabalho de maturidade. No *Tractatus*, a busca de esclarecimento configura-se com a aplicação da análise lógica sobre os diversos níveis da linguagem até alcançar-se a exibição da lógica oculta que estrutura o mundo e a linguagem. Nas *Philosophische Untersuchungen*, não se trata mais de escavar até a essência oculta da linguagem, mas de compreender a lógica que atua e se mostra em sua própria superfície. Se no *Tractatus* Wittgenstein crê que a linguagem com que cotidianamente nos comunicamos é complicada a ponto de ser impossível “extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem”³⁸, na obra de maturidade ele afirma que isso é o que justamente ocorre: o perfeito funcionamento da

³⁶ WITTGENSTEIN. 1961, 4.112, parágrafo 133.

³⁷ WITTGENSTEIN. 1961, 6.54, WITTGENSTEIN, 1967.

³⁸ WITTGENSTEIN. 1961, 4.002.

linguagem dentro de determinado contexto em que ela é usada mostra que todos que dele participam compreendem sua lógica. Além disso, nas *Philosophische Untersuchungen* não se fala mais de a linguagem, mas de linguagens, ou melhor, jogos de linguagem. Nesse caso, a terapia não se dá pela aplicação de um processo lógico-analítico capaz de revelar se existem ou não fatos que emprestam sentido ao que falamos, mas tão somente pelo esclarecimento que se realiza por meio de variados exemplos descritivos de diferentes práticas linguísticas. Trata-se, ainda, de estabelecer uma ordem em nosso conhecimento da linguagem, porém não mais se busca determinar a ordem. É pressuposto dessa atividade descritiva que com ela elucidamos quais as regras tácitas que orientam a linguagem no contexto de uso sobre o qual almejamos alcançar um claro entendimento. Importante frisar que, apesar das diferenças em relação ao que seria determinante à instauração da significação linguística, em ambas as obras a linguagem é sempre vista como logicamente perfeita, ou seja, se algo pode ser chamado de “linguagem”, então há uma articulação lógica que o legitima e o torna logicamente completo³⁹. Por último, heurísticamente, percebemos que em ambas as obras há uma relação interna, necessária, que permeia a linguagem e o mundo, algo que faz com que eles partilhem sempre os mesmos limites. No *Tractatus*, essa relação dá-se de um modo mais severo, rigoroso, enquanto que nas *Philosophische Untersuchungen* ela dá-se de modo aberto e multiforme sem que haja um “exorcismo” da noção de ambiguidade. Saliente-se ainda que no *Tractatus* essa relação é conduzida pelo mundo – cuja

³⁹ O jogo de linguagem do construtor e do ajudante de obras, que Wittgenstein descreve no parágrafo § 2 das *Philosophische Untersuchungen*, ilustra a contento essa ideia, pois conquanto primitivo, ele é um jogo completo.

configuração sempre determina o modo de estruturação e de aparecer da linguagem –, enquanto que nas *Philosophische Untersuchungen* é a linguagem que, com suas proposições gramaticais, determina a essência que a realidade possui⁴⁰.

Importante reter que no *Tractatus* a ideia da filosofia como uma crítica da linguagem procurou efetivar o objetivo de “traçar um limite ao pensar, ou melhor - não ao pensar, mas à expressão dos pensamentos”⁴¹. Em outras palavras, Wittgenstein tencionou, com sua obra, delimitar o alcance da linguagem proposicional com a qual expressamos nossos pensamentos, e tal procedimento acabou também mapeando, por extensão, o conjunto de fatos com os quais nossa linguagem e pensamento interagem.

A crítica da linguagem wittgensteiniana cumpriu um escopo lógico: traçar as fronteiras da linguagem de dentro para fora, determinando internamente seus limites e fixando aquilo sobre o que podemos falar e aquilo sobre o que, conseqüentemente, devemos nos calar. O filósofo procurou fixar a priori o alcance da linguagem, determinando que apenas o silêncio incida sobre aquilo que escapa aos limites traçados. Ele acreditava que, uma vez realizada a correta crítica da linguagem, ficaria claro que “o que em geral pode ser dito pode ser claramente; e daquilo que não se pode falar deve-se calar”⁴². Na verdade, o que Wittgenstein tencionou, ao propor uma crítica da linguagem, foi mostrar que a linguagem é logicamente perfeita e que existe um terreno rigidamente delimitado em que ela é capaz de gerar expressões significativas. Com o projeto crítico do *Tractatus*, o filósofo procurou mostrar que as confusões e os enganos a que a linguagem parece submeter-nos são apenas os frutos que colhemos de nossas infundadas tentativas de utilizá-la em esferas que extrapolam seus limites lógicos. Segundo sua ótica, a crítica da linguagem permitiria esclarecer o âmbito legítimo em que podemos usar a linguagem, restaurando, desse modo, sua força e perfeição. Com

⁴⁰ WITTGENSTEIN. 1967, parágrafo 371.

⁴¹ WITTGENSTEIN. 1961, prefácio.

⁴² WITTGENSTEIN. 1961, prefácio.

ela, Wittgenstein também tencionou impedir que fosse execrado ou desvirtuado aquilo que extrapola seus limites, ou seja, que, uma vez traçados os limites do dizível, fosse o indizível preservado de nossas infundadas e incessantes tentativas de falar sobre aquilo que não se pode falar. Desse modo, a tarefa empreendida pelo pensador vienense estabeleceu “a separação irrefutável entre a mais alta esfera que existe e sua expressão (que é problemática), tendo mostrado a dubiedade fundamental de tal expressão”⁴³.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELMANN, Paul, 1967. **Letters from Ludwig Wittgenstein**: with a memoir. New York: Horizon.
- FAUSTINO, Sylvia (2006). **A experiência indizível**: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. São Paulo: Unesp.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti, 1998. **Iniciação ao silêncio**: análise do Tractatus Wittgenstein. São Paulo: Loyola.
- RUSSELL, Bertrand, 1974. **Ensaio escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural.
- WITTGENSTEIN, L., 1984. **Tagebücher 1914-1916**. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____, 1993. **Philosophical Occasions: 1912-1951**. Indianapolis: Hackett.
- _____, 1967. **Philosophische Untersuchungen**. 3. ed. Oxford: Basil Blackwell.
- _____, 1961. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Routledge & Kegan Paul.

⁴³ ENGELMANN. 1967, p. 98.